



A AUTONOMIA, A SUSTENTABILIDADE E A COMPETITIVIDADE DAS UNIVERSIDADES LÍDERES

*Prof. Roberto Leal Lobo e Silva Filho**

No início do século passado, Abraham Flexner foi uma das figuras mais importantes do sistema de ensino superior americano. Produziu um amplo estudo sobre as escolas de medicina americanas, que levou ao fechamento de uma centena delas, foi o primeiro Diretor do Instituto de Estudos Avançados de Princeton, tendo escrito, ainda, um livro clássico sobre as universidades, comparando as inglesas, americanas e alemãs.

Neste livro Flexner criticou amargamente o que considerava o barateamento da universidade americana com cursos e programas fora das áreas mais nobres do pensamento humano, como a filosofia e as ciências. Os programas de educação continuada, os projetos aplicados, enfim, atividades que colocam a universidade em contato direto com a sociedade não deveriam ser objeto das ações das melhores universidades e, para Flexner, condenariam as universidades americanas a serem inferiores às europeias. Para ele, Harvard, por exemplo, estava no caminho errado.

Passado quase um século, a história tratou de desmentir Flexner. A visão empreendedora e fortemente comunitária que norteou o ensino superior americano desde o final do século XIX, quando o governo federal dos EUA criou o programa das Land Grant Universities – em que os estados poderiam receber terras e recursos federais para criar grandes projetos de pesquisa agropecuária e apoio aos produtores agrícolas por meio de centros de extensão universitária no campo – marcou a gestão das melhores universidades americanas que, entretanto, não se descuidaram da qualidade de suas pesquisas científicas, da preocupação com a sustentabilidade financeira e da política de recrutamento dos melhores alunos e professores em todo o mundo.

Hoje, das 50 melhores universidades do planeta, segundo a maioria dos rankings mundiais de classificação das universidades de pesquisa, as americanas ocupam, na maioria dos rankings, mais de 30 das mais altas posições.

Tal é a superioridade americana que, recentemente, o governo francês encarregou um famoso economista francês, Philippe Aghion (professor de Harvard, não por acaso) a produzir para o Ministério de Ensino Superior e Pesquisa da França um documento em

que procura identificar fatores que fazem de uma universidade uma instituição líder, comparando o sistema americano com o europeu.

Em 2009, Jamil Salmi, do Banco Mundial, também produziu um importante documento sobre universidades de classe mundial, suas características, indicadores e políticas.

O que caracteriza as melhores universidades do mundo segundo esses autores?

Em geral possuem recursos abundantes oriundos de fontes diversas: os orçamentos governamentais das públicas e as mensalidades das privadas correspondem a cerca de 30% do seu total. O restante vem de projetos de P&D e inovação, prestação de serviços, educação continuada, doações, lucros financeiros e receitas provenientes das atividades na área da saúde, quando existente.

As universidades mais bem posicionadas, principalmente as de cunho tecnológico, geram um considerável número de invenções e patentes e recebem seus royalties.

Apesar dos recursos abundantes (cerca de U\$ 100 mil por aluno), as melhores instituições se caracterizam por um número não excessivo de estudantes (cerca de 20 mil), sendo 30% destes de doutorandos, por um corpo docente formado basicamente por professores doutores, muitos deles estrangeiros (cerca de 25%), e por um expressivo corpo auxiliar de pesquisadores que não fazem parte do quadro permanente e que, somados aos docentes, correspondem a um décimo do total de alunos (de graduação e pós-graduação *stricto sensu* somados).

Além do orçamento robusto, essas universidades possuem, em geral, grande e verdadeira autonomia acadêmica e de gestão financeira, são altamente seletivas nas contratações dos professores e no recrutamento de estudantes exigentes para sua permanência. Os bons estudantes têm forte apoio financeiro, sejam nas públicas ou nas privadas.

Na carreira docente, ênfase na meritocracia, sem isonomia salarial nem estabilidade prematura, recompensando diferentemente desempenhos desiguais.

Nos EUA, os conselhos superiores das universidades (os *Boards*) são constituídos de muitos representantes da comunidade (empresários, agentes financeiros, profissionais etc.), sendo a participação minoritária da comunidade interna de professores e estudantes. Os dirigentes geralmente não têm mandato e podem ser escolhidos até de fora dos quadros das universidades.



Quem conhece o sistema de ensino superior brasileiro já identifica nossa distância desta realidade. Temos a sétima economia do mundo, mas ocupamos somente o 31º lugar entre os países com as melhores universidades.

Talvez pelas dimensões continentais, o Brasil não tem estudado nem aproveitado experiências bem sucedidas internacionalmente, sob o argumento de que elas não se adaptam à nossa realidade. Embora seja sempre necessário adaptar as boas experiências à nossa realidade, como se faz em qualquer organização, não se pode por outro lado, ignorá-las.

Se quisermos ocupar um lugar de destaque na educação superior e auferir os resultados positivos e fundamentais que dela se extrai para o desenvolvimento socioeconômico de um país é necessário levar em conta as boas experiências internacionais, aceitar que a universidade precisa ser exigente e competitiva interna e externamente e que isso exige um tratamento específico. Para isso, é preciso criar e/ou viabilizar (inclusive juridicamente) políticas de incentivo, captação de recursos e autonomia para que cada uma possa encontrar a melhor forma de atender aos seus objetivos.

Artigo publicado no Estadão.com.br/Vida – 17 de maio de 2012